

### Formulário de Resposta aos recursos - CES S21 – Gestor Ambiental

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 48	<p>A alternativa correta é: (C) Chefe do Poder Executivo, conforme critérios legais.</p> <p>De acordo com o Art. 6º da Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal), a utilização de Áreas de Preservação Permanente (APPs) pode ser autorizada em caso de interesse social, desde que declarada por ato do Chefe do Poder Executivo, conforme critérios e condições estabelecidos em regulamento.</p> <p>Art. 6º da Lei nº 12.651/2012:</p> <p>“A intervenção ou supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixa impacto ambiental, previstas nesta Lei e, quando for o caso, será autorizada por ato do Chefe do Poder Executivo, conforme regulamento e observadas as condições estabelecidas pelo órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).”</p> <p>(A) Incorreta – O Ministério do Meio Ambiente não é a autoridade direta para autorizar APPs em casos de interesse social. A autorização cabe ao Chefe do Executivo, embora possa haver estudos técnicos.</p> <p>(B) Incorreta – O Poder Legislativo municipal não tem competência para autorizar o uso de APPs; isso é função do Executivo, conforme a legislação federal.</p> <p>(D) Incorreta – O IBAMA e o CONAMA participam da regulamentação e fiscalização, mas não são os responsáveis diretos pela autorização de uso em caso de interesse social.</p> <p>(E) Incorreta – O COMDEA, sendo um órgão municipal, pode auxiliar com pareceres ou deliberações locais, mas não possui competência legal para autorizar o uso de APPs em nome do poder público.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO